de planeamento e políticas

## O novo ciclo de Fundos Comunitários 2014/2020

Financiamento do sector agroalimentar (FEAGA e FEADER)

planeamentode planeamentode planeamentode planeamen

gabinete de gabinete de gabinete

**Eduardo Diniz** 

Diretor do Gabinete de Planeamento e Políticas - MAM

> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA TILCAS E DO MAR

**Seminário Fundos Comunitários** 

Fundação Champalimaud / Lisboa

20 Setembro 2013



FENACAM

E DO MAR

PORTUGAL Planeamentode





### Importância do CAF na economia

Complexo Agro Alimentar (agricultura e indústrias alimentares, bebidas e tabaco) e Complexo Florestal (silvicultura e indústrias transformadoras de produtos florestais)

5,8% PIB (EUR 8,3 mil milhões) ode planeamentode planeamen

13,3% emprego (646 mil postos de trabalho) s

15% valor exportações nete

0,4% PIB

0,2% Emprego

abinete Indústrias Florestais

Silvicultura EUR 2,3 mil milhões
1,6% PIB

EUR 0,6 mil milhões 1,5% Emprego

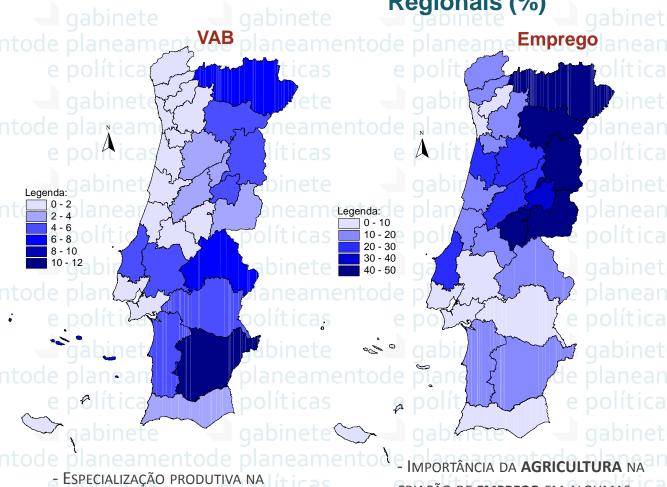
Agricultura

EUR 2,1 mil milhões 1,5% PIB 9,3% Emprego Indústrias Alimentares, Bebida e Tabaco EUR 3,3 mil

> milhões 2,3% PIB 2,3% Emprego

#### **COMPLEXO AGRO-FLORESTAL**

# Importância da Agricultura na Sustentabilidade das Economias Regionais (%)



#### VAB

Baixo Alentejo -10,7%

Alto Alentejo - 6,9%

Alto Trás-os-Montes - 6,3%

#### **EMPREGO**

Alto Trás-os-Montes -48,1%

Pinhal Interior Sul - 40,4%

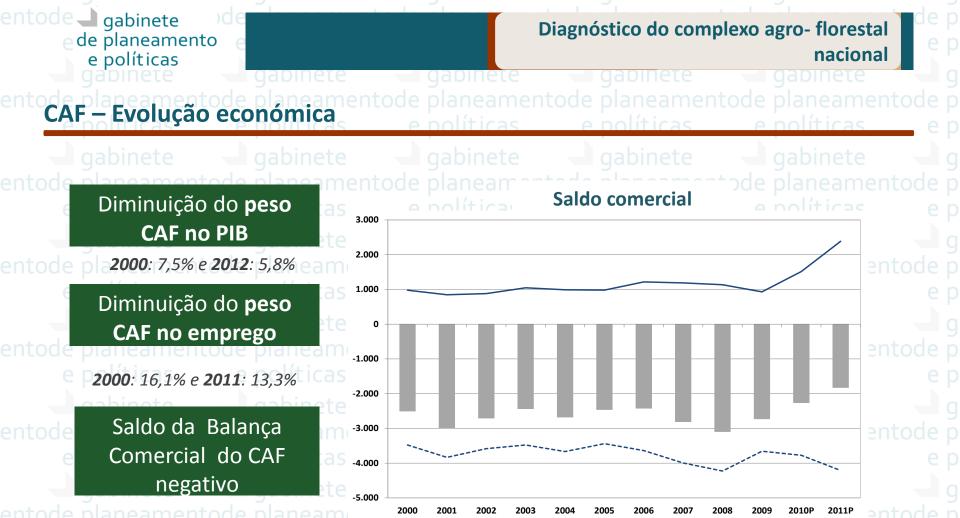
**Beira Interior Norte** - 41,7%

**AGRICULTURA** EM ALGUMAS REGIÕES

PREDOMINANTEMENTE NO INTERIOR

- IMPORTANCIA DA **AGRICULTURA** NA CRIAÇÃO DE **EMPREGO** EM ALGUMAS REGIÕES PREDOMINANTEMENTE NO **INTERIOR** 

5

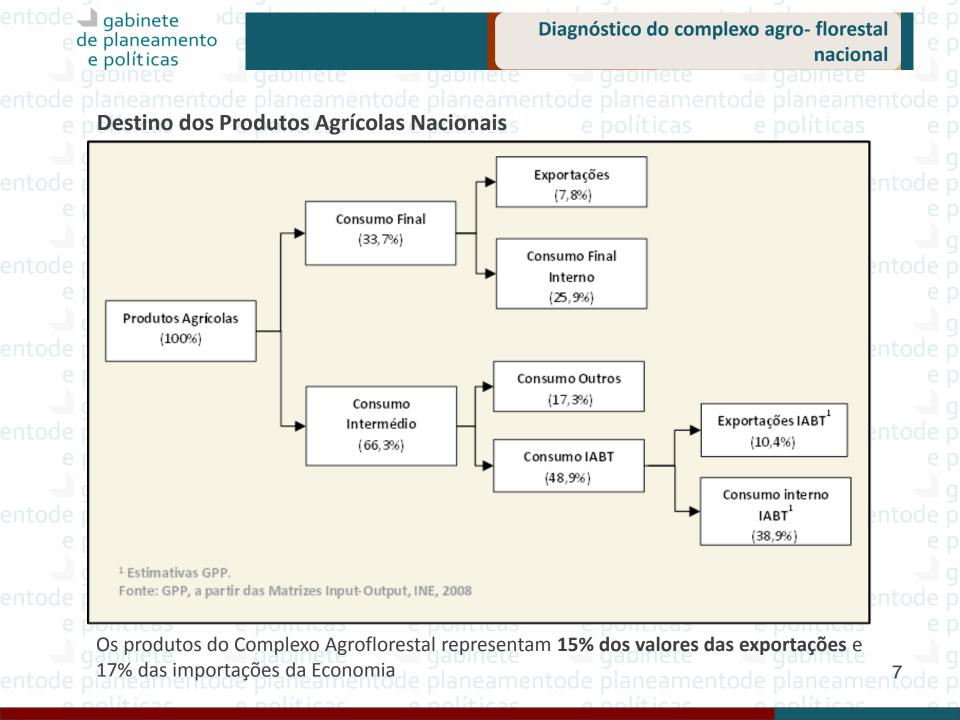


Entre 2007 e 2012 o CAF apresenta uma taxa média de variação anual nas exportações de 7,7%, superior à do conjunto da economia, de 3,9%); as importações aumentaram a uma taxa média de 3,2%, tendo no entanto diminuido em 4,1% em 2012

Défice alimentar

Complexo Agro Florestal

Fonte: GPP, a partir de CN (base 2006), INE





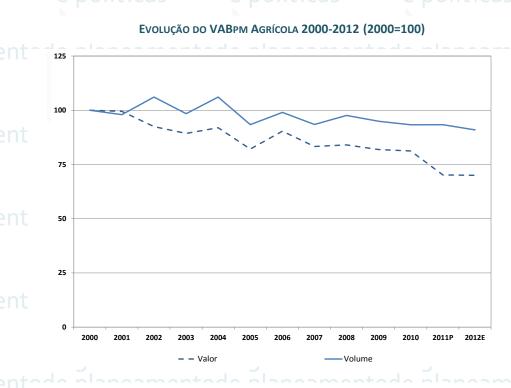
#### Diagnóstico do complexo agro-florestal nacional

## **Economia Agrícola**

A evolução da agricultura portuguesa tem demonstrado uma tendência de estagnação do Valor **Acrescentado Bruto** gerado

Produto Agrícola: ligeiro decréscimo em volume mas pronunciado em valor

Redução média anual de 0,8% do produto agrícola em volume no período 2000-2012 e variação média anual de -2,9% do VAB em valor



P – dados preliminares: E - estimativa Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (base 2006), INE

planeamentode planeamentode planeamento



O aumento do peso dos consumos intermédios no valor da produção, significa uma menor proporção de valor acrescentado por unidade produzida

atividade

 – Produção dados preliminares; E - estimativa

2000

Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de CN e CEA (Base 2006), INE.

**★**─VABpm

2011P

2012E

Data de versão dos dados: Março de 2013

Consumos intermédios

investimento na atividade agrícola período 2000-2012

## O INVESTIMENTO NA ATIVIDADE AGRÍCOLA A PREÇOS CORRENTES

le e		2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 <sup>P</sup>
e FBCF	(2000=100)	100,0	97,8	97,5	100,0	95,2	83,6	86,8	89,1
FBCF/VAB <sub>cf</sub>	%	23,2	23,5	23,7	24,6	22,5	21,7	21,8	24,9

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

Esta evolução decorre da conjuntura económica (dificuldade de acesso ao crédito, custos de crédito mais elevados expectativas negativas) e da descida do rendimento (menor capacidade financeira dos agricultores)



gabinete de planeamento e políticas

#### Diagnóstico do complexo agro- florestal nacional

#### **Economia Silvícola**

O setor silvícola tem demonstrado uma diminuição da capacidade de gerar **Valor Acrescentado** 

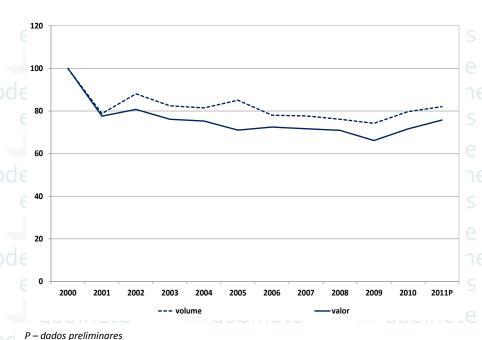
decréscimo em volume e pronunciado em valor

**Bruto** 

A atividade florestal tem vindo a sofrer quebras de produtividade.

Redução média anual de -1,8% do produto silvícola em volume no período 2000-2011 e variação média anual de -2,5% do VAB em valor

#### EVOLUÇÃO DO VABPB SILVÍCOLA 2000-2011 (2000=100)



Fonte: Contas Económicas da Silvicultura (Base 2006), INE.

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (base 2006), INE

gabinete de de planeamento e políticas gabinete da planeamento e políticas

Diagnóstico do complexo agro- florestal nacional

## Caracteristicas estruturais das explorações agrícolas e da floresta

### Evolução estrutural no setor agrícola:

- O território continental tem registado uma evolução negativa da superfície agrícola utilizada (SAU) - redução de -5% representando menos de 186 mil ha em dez anos
- Verificou-se um aumento da dimensão média das explorações em dez anos, a área média passou de 9,8 ha/explor. para 12,7 ha/explor. Com uma quebra de 27% no número de explorações
- Tem-se verificado uma tendência significativa na ocupação do solo com a transferência de culturas aráveis para prados e pastagens, associados a uma agricultura mais extensiva
- Cerca de metade dos agricultores tem mais de 65 anos (proporção mais alta da UE), tendo apenas 1,9% dos produtores menos de 35 anos.

entod

entode e

entode

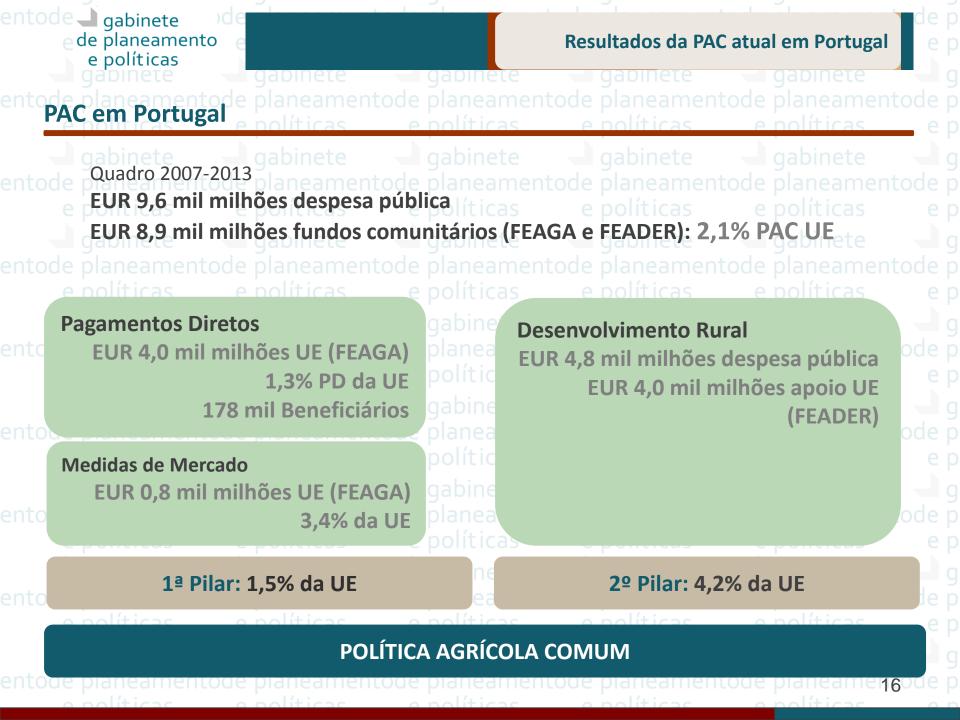
entode

entode pl

Diagnóstico do complexo agro- florestal nacional gabinete gabinete

- O grau de organização da produção agrícola é baixo quando comparado com a UE, mas verifica-se uma resposta positiva dos agricultores aos incentivos políticos neste domínio
- O predomínio de interprofissionais sem reconhecimento formal constitui uma debilidade estrutural
- Tem-se registado uma quebra no número de cooperativas agrícolas
   (representam 28% do setor cooperativo em Portugal), refletindo o
   processo de estruturação no setor em resposta aos novos
   condicionalismos do mercado e políticas tem-se assistido a um
   crescimento da escala das cooperativas agrícolas nacionais, sobretudo no
   setor do leite, e de cooperativas de grau superior.





#### Resultados da PAC atual em Portugal

### **Resultados - Programa Desenvolvimento Rural atual**

### INVESTIMENTO (\*)

Modernização e capacitação, pequena dimensão e cooperação empresarial

Investimento: 2.778,920 M€ Despesa Pública: 877,898 M€ Apoio FEADER: 654,340 M€

Nº Projetos: 9.828

## JOVENS AGRICULTORES(\*) 1º instalação

(\*) – Compromissos assumidos até 5/7/2013

Investimento: 774,649 M€
Despesa Pública: 488,605 M€
Apoio FEADER: 336,376 M€

Nº Projetos: 6.814

## Apoio ao Investimento Empresarial PRODER Explorações Agrícolas

- Mais de metade do investimento (nº e valor) em culturas permanentes e hortícolas.
- Aumento do investimento em "Aves e Ovos" com menor nº de projetos.
- Diminuição do investimento em grandes culturas, produção de leite e outros herbívoros.
- Decréscimo significativo do investimento em "máquinas e equipamentos" e "edifícios e construções".

#### Transformação e Comercialização

• Aumento do investimento (nº e valor), maioritariamente nos subsetores "Azeite", "hortícolas" e "Flores".

#### **Jovens Agricultores**

Em comparação com o AGRO os compromissos do PRODER representarão:

- Um aumento de 23% no nº de Jovens Agricultores instalados em todas as regiões do continente.
- Um aumento substancial da dimensão média do investimento mais do que duplicando a despesa pública
- As explorações frutícolas foram as mais representativas em nº e valor.



### Resultados do Programa Desenvolvimento Rural atual no Continente

#### Investimento na exploração agrícola

#### Investimento na exploração agrícola

Ação 1.2 do AGRO e Ação 1.1.1 componente 1 do PRODER

	AGRO				PRODER (contratados)				
Região	Nº de proj.	Investimento	Despesa Pública	Investimento médio	Nº de proj.	Investimento	Despesa Pública	Investimento médio	
		(milhões	euros)	(milhões euros/projeto)		(milhões e	euros)	(milhões euros/projeto)	
Norte	4.473	331	e	0,074	1.057	229	83	0,217	
Centro hinete	2.277	hing 198		0,087	650	254	80	0,391	
LVT	2.946	258		0,088	883	265	79	0,300	
Alentejo neamer	4.752	anea <sub>509</sub> e		0,107	1.059	lanear <sub>428</sub> e	150	0,404	
Algarve Iticas	768	olítica58		0,076	235	olítica53	19	0,228	
Total	15.216	1.354	588	0,089	3.884	1.230	411	0,317	

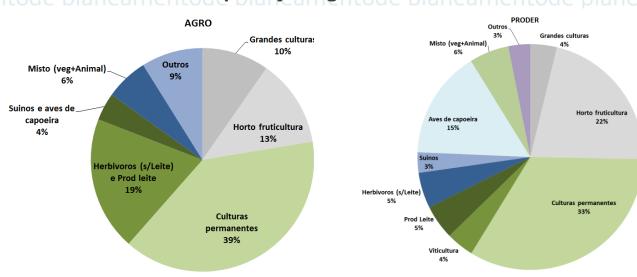
Fonte: Relatório de execução final do AGRO e AG PRODER (Dez. 2012 - dados provisórios) - contratados

- ✓ Entre AGRO e o PRODER verificou-se um aumento do montante médio de investimento.
- Este aumento deve-se, em parte, aos projetos PIR, com uma dimensão média de 5,78 milhões de euros por projeto face aos 0,27 milhões de euros por projeto do restante PRODER relatório PRODER 2011).



#### Resultados da programação Desenvolvimento Rural atual no Continente

#### Investimento na exploração agrícola



nouticas						
ОТЕ	AGRO	PRODER				
0.12	(milhões euros)	(milhões euros)				
Grandes culturas	131 31	nessto				
Horto fruticultura	O 172 Ca	S 242				
Culturas permanentes	530 0	357				
Viticultura	abmet	36				
Prod Leite	la <sub>263</sub> an	ne50to				
Herbivoros (s/Leite)	_ 1 / _ :	47				
Suinos	JOHLICA 54	21				
Aves de capoeira	ahinat	168				
Misto (veg+Animal)	84	56				
Outros	a 121 a r	<u>1 = 32                                  </u>				
Fonte: Relatório de execução final do AGRO e Relatório de Execução PRODER 2011						

- ✓ Mais de metade do Investimento, em ambos os período de programação, concentrou-se em culturas permanentes e horto fruticultura denotando uma continuidade das opções de investimento.
- ✓ Quebra acentuada de projetos e investimento nas grandes culturas, assim como na produção de leite plane a nos outros herbívoros. Plane a mento de plane a me
- ✓ Quebra no nº de projetos e aumento substancial do investimento nos granívoros, sobretudo nas aves e ovos, traduzindo-se num crescimento do investimento médio.

### Resultados da programação Desenvolvimento Rural atual

#### **COMPETITIVIDADE FLORESTAL**

Investimento: 271,064 M€ Despesa Pública: 118,298 M€ Apoio FEADER: 87,889 M€

Nº Projetos: 1591

## GESTÃO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA

Investimento: 305,585 M€

Despesa Pública: 231,328 M€

Apoio FEADER: 183,148 M€

Nº Projetos: 2437

#### **COMPROMISSOS TRANSITADOS**

Despesa pública 249,579 M€ Apoio FEADER: 214,117 M€

#### **MEDIDAS FLORESTAIS**

PRODER (Compromissos 2007 – até 5/7/2013)

Despesa pública total: 599,205M€

Nº Projetos: 4028

Área arborizada (\*): 9059 ha Área beneficiada (\*): 152774 ha

(\*) – dados de 31/12/2012

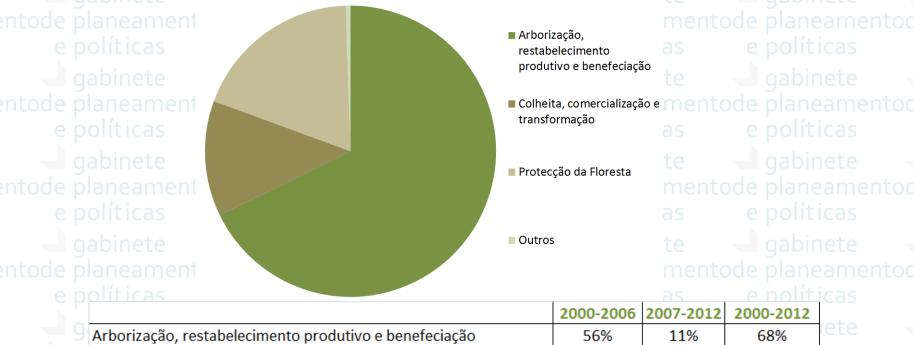
#### Avaliação sumária:

As reduzidas taxas de execução das medidas florestais do PRODER, são explicadas quer pelo arranque tardio da sua implementação (o 1º concurso foi realizado apenas em 23 de outubro de 2008), quer pela complexidade das suas medidas e pelos níveis de apoio iniciais.

de planeamento e políticas

### Resultados da programação Desenvolvimento Rural atual no Continente amento

### Despesa Pública por tipo de ação (2 períodos de Programação)



	2000-2006	2007-2012	2000-2012	
Arborização, restabelecimento produtivo e benefeciação	56%	11%	68%	
Colheita, comercialização e transformação	9%	4%	13%	
Protecção da Floresta	11%	8%	19%	
Outros	0%	1%	1%	
Total	76%	24%	100%	

- ✓ O investimento público na floresta, no período 2000-2012, concentrou-se no período 2000 2006, essencialmente em arborização e beneficiação.
- ✓ A taxa de execução, face ao programado, no período 2000-2006 atingiu os 75%, atualmente é de cerca de 44% no Período 2007-2012



de planeamento e políticas

Resultados negociais no âmbito do QFP e da PAC para 2014-2020

## **Quadro Financeiro Plurianual (QFP)**

Acordo político no Conselho Europeu de 7/8 Fevereiro quanto ao Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, num contexto de forte restrição financeira e posições muito divergentes.

**Envelopes PAC para PT (preços 2011)** 

Dotação PAC para PT

8,1 mil milhões € (2,2% da UE)

ode pla e po Despesas mercado e pagamentos diretos (1º Pilar)
4,5 mil milhões €



Desenvolvimento Rural (2º Pilar)

3,6 mil milhões €

9,0 mil milhões € preços correntes: Acréscimo 1,1% em termos nominais 4,9 mil milhões e preços correntes: Acréscimo 2,1% em termos nominais

4,1 mil milhões €: Estabilização em termos nominais

## Resultados obtidos na Reforma da PAC para Portugal Licas

#### Pagamentos Diretos

- Assegurado maior equilíbrio na convergência interna dos apoios aos agricultores, mantendo a viabilidade dos setores mais produtivos, como o leite, o arroz, tomate e outras culturas de regadio como o milho – evitado impacto demasiado negativo (perdas inicialmente estimadas em 80%)
- Regime Pagamento Único (RPU) alterado para um conjunto de pagamentos : Pagamento Base + *Greening* + Pagamento Redistributivo + Pagamento Jovens Agricultores + possibilidade manutenção dos pagamentos ligados à produção;

## Mecanismos de Mercado

- Manutenção regime direitos plantação Vinha até final 2015, aplicando-se a partir de 2016 um novo regime de autorizações de plantação até 2030,
- Reforço do papel das Organizações Produtores e das Interprofissionais,.
- Alargada a todos os sectores a possibilidade estabelecer **contratos obrigatórios para toda a cadeia alimentar**

### Desenvol/ Rural

- Manutenção do apoio para novos regadios (sujeito a análise ambiental);
- Integração sector agroalimentar como prioridade na inovação e da gestão sustentável florestas na prioridade associada à competitividade. Majoração OPs
- Flexibilidade no financiamento na transição entre quadros.
- Pelo menos **30% do Fundo reservado para medidas ambientais**.



### Acordo de Parceria 2014-2020 Estratégia UE 2020 Quadro Estratégico Comum (QEC/FEEI) Quadro Financeiro abrange o FEADER, FEDER, FSE, Fundo Coesão e FEAMP, refletindo UE2020 através objetivos Plurianual (QFP) temáticos comuns a ser alcançados através áreas/prioridades investimento para cada um dos **Fundos** Pilares da abordagem Abordagem temática Governação na interação Recomendações específicas para PT com UE Acordo de Parceria documento nacional evidenciando a utilização prevista dos fundos para atingir os objetivos UE 2020 Política Desenvolvimento **Fundos Estruturais:** Política Marítima e das **Rural: FEADER** FEDER, FSE e FC **Pescas: FEAMP Horizonte 2020** Inovação, Ambiente e Alterações Climáticas – temas transversais **Prioridades** Quadro para a **Parcerias Programas nacionais**

gabinetede planeamentoe políticas

## Acordo de parceria e Programação no âmbito do Desenvolvimento Rural

## ESTRATÉGIA 2014-2020 (DOC. ORIENT. MAIO 2012)

### VISÃO ESTRATÉGICA

A autossuficiência do sector agroalimentar, em valor, em 2020 promovendo a sustentabilidade de todo o território nacional.

Desenvolver a produção agrícola e florestal sustentável em todo o território nacional

Aumentar a concentração da produção e da oferta

Criação e distribuição de valor equitativa ao longo da cadeia de valor do sector agroalimentar



#### **COMPETITIVIDADE**

Privilegiar as opções produtivas da iniciativa privada com vista a criação de valor acrescentado

#### **ORG. ESTRUTURAL**

Promover aumento da dimensão e abrangência das Organizações de produtores e estruturas de concertação ao longo da cadeia alimentar

#### **SUSTENTABILIDADE**

Promover boas práticas e utilização sustentável dos recursos Naturais e valorização do Território Rural de planeamento e políticas

## Acordo de parceria e Programação no âmbito do Desenvolvimento Rural

#### PDR - Articulação com o 1º Pilar e com outros Fundos do QEC DOC. ORIENT. MAIO2012

## **II** PILAR

#### I PILAR

Complementaridade entre 1º e 2º Pilar para promoção gabinete da sustentabilidade dos territórios Rurais

#### **OUTROS FUNDOS QEC**

#### **FSE**

### **FEDER**

#### FC

- Formação no sector agrícola e florestal
- Abordagem LEADER
- Delimitação agroindústria
- Promoção de empresas e de produtos
- Prevenção de incêndios florestais
- Apoio a infraestruturas
- Abordagem LEADER

- Prevenção de incêndios florestais
- Apoio a infraestruturas
- Abordagem LEADER

#### HORIZONTE 2020

PROGRAMA QUADRO DE I&INOVAÇÃO

PARCERIAS EUROPEIAS INOVAÇÃO (PEI)



#### **COMPETITIVIDADE DO SETOR AGRO-FLORESTAL** DIMINUIÇÃO DO VAB **CONSTRANGIMENTOS** AUMENTAR A CAPACIDADE DE GERAR VALOR ACRESCENTADO NO SETOR **NECESSIDADES** AGROFLORESTAL DE FORMA SUSTENTÁVEL AUMENTAR A PRODUÇÃO, A PRODUTIVIDADE DOS FATORES E A RENTABILIDADE ECONÓMICA DO SETOR AGRO-FLORESTAL DIMINUIR O DÉFICE AGROALIMENTAR SECTOR AGROALIMENTAR Melhorar a distribuição de valor ao longo da cadeia REDUZIR PESO DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS **ALIMENTAR** AUMENTAR A CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO (OP'S E REDUZIR O RECURSO A CONSUMOS INTERMÉDIOS COOPERATIVAS) IMPORTADOS MELHORIA DA RELAÇÃO VAB/CI Melhoria da integração vertical do setor agrícola e PROMOÇÃO DO INTERPROFISSIONAL • MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTO NA ATIVIDADE AGRÍCOLA (ACESSO E CUSTOS MELHORIA DA CAPACIDADE DE GESTÃO E DE ORGANIZAÇÃO ASSOCIADOS AO CRÉDITO)

- RENOVAR O TECIDO AGRÍCOLA
- AUMENTAR A DIMENSÃO FÍSICA/ECONÓMICA MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES
- REJUVENESCER O SETOR AGRÍCOLA
- FACILITAR O ACESSO À TERRA, NOMEADAMENTE PELAS GERAÇÕES MAIS JOVENS E PELOS MAIS QUALIFICADOS
- Melhoria dos serviços de aconselhamento agrícola
- Melhoria do nível de formação técnico e empresarial dos produtores agrícolas

• REFORÇO DOS MECANISMOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DE GESTÃO DO RISCO

AUMENTAR O INVESTIMENTO NO SECTOR NOMEADAMENTE EM PROCESSOS E TÉCNICAS

gabinete Acordo de parceria e Programação no de planeamento âmbito do Desenvolvimento Rural e políticas PDR 2014-2020 - Princípios de Programação > Prioridade à competitividade com atuação em todo o território nacional Apoios ao sector da produção de bens transacionáveis dirigidos a agentes diretamente envolvidos na criação de valor. Investimentos produtivos com foco na exploração/empresa. > Abordagens que promovam a organização da produção e a universalidade da gestão de risco. Renovação das gerações. Gestão eficiente dos recursos. Promoção do papel da agricultura e florestas na produção de bens públicos . > Articulação com o I Pilar e com outros fundos do QEC.

de planeamento S e políticas

## Programa Desenvolvimento Rural - Continente

#### Arquitetura de programação (em desenvolvimento)

## A1. Inovação e Conhecimento

M1. Promoção para a Inovação
Ac1.1. Grupos
Operacionais (art.36.)
Ac1.2. Projetos
inovadores (art. 36.)

## M2. Promoção para o conhecimento

Ac2.1. Formação e Divulgação (art.15) Ac2.2.

Aconselhamento(inc. outros serviços) (art.16)

## A2. Competitividade e organização da produção

M3. Valorização da Produção Agrícola

Ac3.1. Jovens Agricultores (art.20+18(?))

Ac3.2. Investimento na exploração agrícola (art. 18)
Ac3.3. Investimento na transformação e comercialização produtos agrícolas (art. 18)
Ac3.4. Infraestr. Coletivas (art 18)

M4. Valorização da Produção florestal (Art. 22, 23 a 27, outros)

**M5.** Organização da Produção

Ac5.1. Criação AP (art.28)

Ac5.2. Interprofissionais (art36.)

Ac5.3. Integração vertical (art.36)

M6. Gestão Risco e Restabel. potencial produtivo

Ac61. Seguros (art.38)

Ac6.2. Fundos mutualistas (art.39)

Ac6.3. Prevenção e Rest. Potencial produtivo (art.19)

#### A3. Ambiente, eficiência no uso dos recursos e Clima

M7. Agricultura e recursos naturais (área/recursos)

Ac7,1. Modo produção biológico (art.30)

Ac7.2. Produção Integrada(art29)? Ac7.3. Pagamentos Rede Natura

(inc. algumas ITI atuais) (art. 31)

Ac7.4. Conservação do solo (art29)

Ac7.5. Culturas permanentes tradicionais (Olival tradicional, pomar tradicional de sequeiro, Douro Vinhateiro) (art29)

Ac7.6. Pastoreio extensivo (lameiros, montados)(art29)

Ac7.7. Conservação de Recursos Genéticos (inc. Raças autóctones) (art29)

Ac(?) Mosaico agroflorestal (silvoambientais?)(art29/35?)

M8. Proteção e reabilitação de povoamentos florestais (Art. 25, 26, outros)

M9. MZD (Art. 32 e 33)

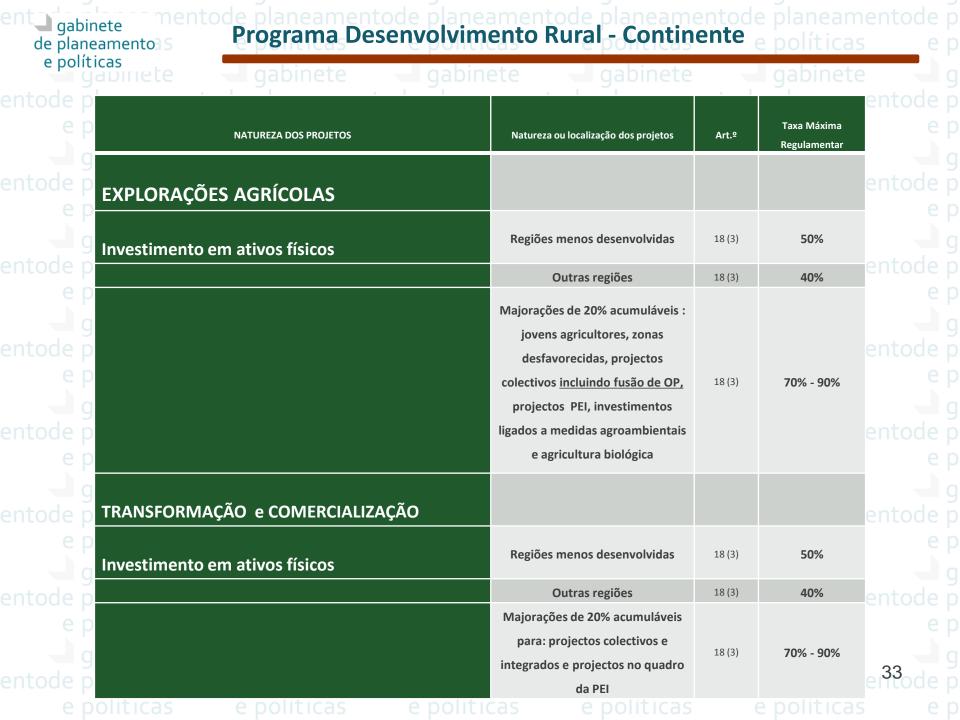
# A4. Desenvolvimento local

#### M<sub>10</sub>. LEADER

Ações incluídas na estratégia:

- Regimes Qualidade (art.17)?
- Pequenos Investimentos agrícolas (?) e na transformação e comercialização (art.18)
- Diversificação atividades não agrícolas (art.20)
- Desenvolvimento aldeias (art.21)?
- Cadeias curtas e mercados locais (art. 36.)

Instrumentos financeiros em estudo: F.de empréstimo/ F. de garantia mútua/ F. de dinamização empresarial / F. internacionalização / F. de gestão de risco/ F.imobiliário agro-florestal/ Capital de Risco



mentode planeamentode planeamentode planeamentode planeamentode p Programa Desenvolvimento Rural - Continente e políticas de n gabinete de planeamento S e políticas **FLORESTAS** Taxa Máxima Natureza ou localização dos projetos Art.º Regulamentar Regiões menos desenvolvidas 65 % 27 Beneficiação povoamentos - Produtividade Outras regiões 40% 27 Resiliência 26 100% Recuperação de povoamentos degradados Regiões menos desenvolvidas 65 % 27 Outras regiões 40% 27 100% **Floresta** 23 Arborização 100% **Agroflorestais** 24 Produção de materiais florestais de reprodução, equipamentos, Regiões menos desenvolvidas 65% 27 construções, investimentos imateriais correlacionadas Outras regiões 27 40% Recuperação de superfícies afetadas agentes nocivos bióticos e abióticos Sustentabilidade 25 100% Construção e beneficiação de rede viária e infraestruturas (dentro da 100% Sustentabilidade 25 exploração) Outras arborizações com carater de utilidade pública (ambiental) 26 100% Sustentabilidade Modernização das empresas florestais Máquinas, equipamentos, Regiões menos desenvolvidas 27 65% construções e investimento Imaterial correlacionado Outras regiões 40%

de água

Defesa da Floresta contra Incêndios e agentes bióticos nocivos

Atividades de informação e de promoção

Faixas de gestão de combustível,

mosaico de parcelas e rede de pontos

100%

70%

25 a)

17 (2)

de planeamento e políticas

#### Entrada em vigor da nova PACe políticas

Implementação dos elementos da reforma a partir **1 Janeiro 2014**, com exceção da nova estrutura de pagamentos diretos que será aplicada **a partir 2015** de forma a que EM disponham tempo para informar agricultores sobre novas regras e para adaptação sistemas

l gabinete 🔛 gabinete 🔛 gabinete 🔛 gabinete

#### Disposições transitórias

gestão informáticos.

- Ano transição para os **pagamentos diretos** em 2014 novos elementos como o *greening* e majoração jovens agricultores aplicável apenas a partir 2015
- Previstas regras transição para determinados elementos anuais nos programas **desenvolvimento rural**, tais como os pagamentos agroambientais, investimento (?) de forma a não existir interrupção neste tipo regime

Decisões nacionais PAC (pagamentos Diretos) até Julho 2014

(apresentação de orientações em Outubro de 2013)

PDR – dependente encerramento trílogo (set/out 2013), regulamentação (início 2014)

Apresentação de programa, até final ano (contatos em curso c/ avaliador e COM)

35

